



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

LARA BYANCA NEGRÃO

“Ele falou que se eu abrisse a boca ele ia me prejudicar, pois a matéria dele era muito importante, entendeu?”: relatos de assédio e cultura sexista no espaço escolar.

SÃO JOÃO DE PIRABAS
2025

LARA BYANCA NEGRÃO

“Ele falou que se eu abrisse a boca ele ia me prejudicar, pois a matéria dele era muito importante, entendeu?”: relatos de assédio e cultura sexista no espaço escolar.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em História

Orientador(a): Dr.(a) Anna Maria Alves Linhares

SÃO JOÃO DE PIRABAS
2025

“Ele falou que se eu abrisse a boca ele ia me prejudicar, pois a matéria dele era muito importante, entendeu?”: relatos de assédio e cultura sexista no espaço escolar.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em História

Orientador(a): Dr.(a) Anna Maria Alves Linhares

Data da aprovação: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Anna Maria Alves Linhares
UFPA/Campus Ananindeua

Nome completo do(a) examinador(a) precedido de titulação
Instituição a que pertence

Nome completo do(a) examinador(a) precedido de titulação
Instituição a que pertence

RESUMO

Este trabalho analisa as manifestações da violência de gênero no espaço escolar, com ênfase no assédio sexual sofrido por alunas e professoras em uma escola de ensino médio (DMSB) no município de Salinópolis/PA. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida a partir de entrevistas realizadas com uma ex-aluna e uma ex-professora, cujos relatos revelam experiências de assédio, silenciamento institucional e naturalização da violência no ambiente escolar. A análise fundamenta-se em aportes teóricos do feminismo, a partir de autoras como Gerda Lerner, Simone de Beauvoir, bell hooks e Anna Maria Linhares, discutindo a invisibilidade histórica das mulheres, o patriarcado e suas implicações na educação. Os resultados evidenciam a necessidade de enfrentar a cultura sexista presente nas escolas por meio da inclusão da História das Mulheres no currículo, da efetiva aplicação das legislações vigentes e da criação de políticas públicas que assegurem a proteção e o protagonismo feminino. Conclui-se que reconhecer e valorizar as experiências de mulheres no espaço escolar é fundamental para romper silenciamentos históricos e contribuir para a construção de uma educação emancipadora e de uma sociedade menos desigual.

Palavras-chave: Violência de gênero; Invisibilidade feminina; Sexismo; Espaço escolar; Ensino de História.

ABSTRACT

This paper analyzes the manifestations of gender-based violence in schools, with an emphasis on sexual harassment suffered by female students and teachers at a high school (DMSB) in the municipality of Salinópolis, Pará. The qualitative research was developed based on interviews with a former student and a former teacher, whose accounts reveal experiences of harassment, institutional silencing, and the normalization of violence in the school environment. The analysis is grounded in feminist theoretical frameworks, drawing on authors such as Gerda Lerner, Simone de Beauvoir, bell hooks, and Anna Maria Linhares, discussing the historical invisibility of women, patriarchy, and its implications for education. The results highlight the need to address the sexist culture present in schools through the inclusion of Women's History in the curriculum, the effective implementation of current legislation, and the creation of public policies that ensure the protection and empowerment of women. It is concluded that recognizing and valuing women's experiences in schools is essential to breaking historical silences and contributing to the construction of an emancipatory education and a less unequal society.

Keywords: Gender-based violence; Female invisibility; Sexism; School space; History teaching.

1.INTRODUÇÃO

Este artigo foi pensando e construído a partir das inquietações sobre as experiências de violências de gênero sofridos por nós ao longo de nossas vidas. É necessário salientar esses debates, já que a sociedade brasileira, a cada ano, sobe no ranking de violências contra nós, mulheres. Consequentemente, esses fatores se relacionam com um sexismo estrutural enraizado e do silenciamento histórico das mulheres pelo patriarcado, pois mesmo diante de uma rica e extensa produção teórica dos pensamentos feministas, com conhecimentos fundamentais para o combate da violência, meninas e mulheres continuam morrendo e sendo violentadas por essa cultura que legitima a desigualdade, silencia, oprime e mata.

É importante ressaltar também que, quando evidenciamos um problema, estamos quebrando esses silenciamentos. A violência de gênero que este trabalho busca analisar se manifesta através do assédio sexual¹ dentro das instituições de ensino. No campo científico internacional, o tema vem ganhando espaço, entretanto, no Brasil, segundo o que aponta as pesquisadoras brasileiras Valeska Zanello e Iara Richwin (2022), ainda é pouco debatido.

Logo, este trabalho surge não apenas para apresentar mais problemas, mas como um alerta para a sociedade, trata-se do assédio sexual que alunas e professoras, enquanto mulheres, sofrem dentro do espaço escolar por alunos e professores, especificamente do ensino médio. Para isso, será utilizado as bases teóricas de vertentes feministas como Gerda Lerner (2019), Simone de Beauvoir (1967), bell hooks (2018), Anna Maria Alves Linhares (2020) entre outras pesquisadoras brasileiras, para sustentar a construção dessa análise.

O objetivo deste trabalho inicialmente foi coletar dados por meio de relatos através de entrevistas com alunas da escola DBSM para a análise deste artigo. Entretanto, este trabalho optou para a escolha de relatos de uma ex-aluna e uma ex-professora, como participantes, partindo do pressuposto de que, por não estarem mais vinculadas institucionalmente, haveria maior liberdade para compartilhar relatos sensíveis sobre suas experiências vivenciadas no

¹ O conceito de assédio sexual segue a definição como indica o Fórum de Segurança pública (2025) que se refere a um aspecto amplo de práticas que incidem de forma particular sobre o gênero feminino. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-5ed/>. Acesso em: 29 de Agosto de 2025.

espaço escolar. Logo, as entrevistas foram realizadas por meio do WhatsApp com mensagens de textos e áudios de acordo com as disponibilidades das entrevistadas, de forma aberta.² Desta forma, a pesquisa se deu de cunho qualitativo em uma escola de ensino médio (DMSB), localizada no município de Salinópolis, Pará.

A metodologia se deu a partir da aplicação de um quadro de questionário com perguntas relacionadas as questões de assédio sexual, assim, coletar as experiências da estudante, bem como da professora durante suas vivências como mulher e servidora. No segundo momento, a entrevista se deu no ponto de vista mais “aberta” para buscar mais detalhes. Para garantir o sigilo total as entrevistas foram transcritas e ocultado os nomes e dados para evitar qualquer possibilidade de identificação das entrevistadas, que serão assim descritas: ex-aluna, estudante, ex professora ou docente. O primeiro relato deste artigo a ser analisado será da ex-aluna, estudou na escola de 2021 a 2023 e não quis se identificar quanto a sua cor, tampouco sua orientação sexual. O outro será da professora que se considera mulher parda cis heterossexual e trabalhava há 10 anos na escola – hoje de licença de saúde, moradora da cidade.

Assim, este artigo ao fazer a análise a partir dessas experiências vividas sobre a violência de gênero manifestada através do assédio sexual dentro do espaço escolar, sofridos por essas mulheres ao longo de suas vidas, também reforça a experiência narrativas das mulheres como fonte histórica, pois não são memórias individuais, mas coletivas, são expressões de um processo social histórico. Pois, como afirma Gerda Lerner (2019) assim como os homens, as mulheres são e foram sujeitos e agentes da história. Pois segundo ela, “somos peças centrais e não marginais para a criação e construção da sociedade como civilização”. Nesse sentido, como bell hooks (2018) defende a importância de uma consciência feminista crítica para a formação de todos.

Pois, é importante entender que a escola também é reflexo dessa sociedade, logo é imprescindível levar as flexões e debates feministas e suas variadas vertentes para quebrar com sexismo de dentro para fora. Enquanto não ocorrer, o espaço escolar vai continuar reproduzindo esse sistema milenar chamado de patriarcado, ao omitir, às ocorrências assédios sexual sofridos por alunas e também professoras e conseqüentemente construindo mais naturalizações e silenciamentos. Portanto, é preciso dar destaque a importância da perspectiva da história das

² A ex-aluna, e ex-professora optaram para não autorizar as suas identificações neste artigo.

mulheres para o currículo escolar e o que essa implica para a construção de uma sociedade menos desigual no que diz respeito ao combate as violências contra as mulheres.

Pois nesse contexto, ainda hoje, é necessário e, em muito dos casos cansativo e desgastante reafirmar que as mulheres também fazem parte dos processos históricos das sociedades ao longo do tempo. Somos tão importantes quanto os homens, embora não nos seja reconhecido. Enquanto os homens não precisam provar constantemente suas capacidades intelectuais e laborais, nós seguimos resistindo a fazê-lo.

Por fim, este trabalho se organiza principalmente pelas reflexões do contexto histórico sobre o silenciamento das mulheres relacionado com o patriarcado. Tais pressupostos são fundamentais para a necessidade dessa discussão, alinhadas as análises dos relatos de experiências de mulheres da escola já mencionada, e sobre o assédio sofrido por elas enquanto mulheres.

2. INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA HISTÓRIA E NO ENSINO.

Segundo Gerda Lerner (2019) o patriarcado é um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos. Para Linhares (2020) é o patriarcado que determina diferentes formas de controle sobre o corpo e comportamento feminino, tratando mulheres como propriedades de instituições ou figuras masculinas, da Igreja, do marido, do pai ou do padrasto. Logo o destino é de serem mães, esposas, do lar. Entretanto, é preciso diferenciar essas experiências e contextualizá-las segundo raça e classe, porque para mulheres negras é diferente. Mulheres negras são percebidas como fortes, arreadas, não são vistas como doces, do lar como as mulheres brancas. A exemplo disso temos o famoso discurso da Sojourner Truth (1851) “E eu não sou uma mulher?”³ Um marco na denuncia da invisibilidade das mulheres negras e segue sendo fundamental para a literatura do pensamento do feminismo negro.

³ Esse discurso foi realizado foi realizado pela primeira vez na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Como uma intervenção após Truth perceber que as mulheres negras estavam sendo excluídas dos debates sobre os direitos da mulheres: “Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Euarei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?”. Para aprofundar a análise desse discurso leia: HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

Consequentemente, é dessa forma que os papéis de gênero são definidos, como afirma Simone de Beauvoir (1967) “ninguém nasce mulher, tornasse mulher”. Essa constatação revela como a condição feminina não é natural, mas resultado de construções históricas e sociais impostas pelo sistema patriarcal milenar. Portanto, ainda de acordo com essa autora:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (1967, pág.9)

Ou seja, somos frutos de processos sociais e culturais que moldam papéis e comportamentos a partir das estruturas patriarcais. Dessa forma, torna-se fundamental compreender a partir do conhecimento histórico feminista, principalmente do feminismo negro, que o problema aqui analisado é um resultado desse processo milenar patriarcal e sexista que naturaliza o controle, a invisibilidade e o silenciamento das mulheres. Se Beauvoir (1967) demonstra a construção social da inferiorização feminina das mulheres brancas desde a infância o discurso de Sourjoner Thuth (1851) escancara o racismo estrutural que impede até mesmo essa feminilidade de ser atribuída as mulheres negras. Logo, elas não são apenas subordinadas como gênero, mas também desumanizadas por sua cor, uma dupla opressão. Por isso, é importante falar de gênero, mas também a partir perspectiva da interseccionalidade.⁴

Vale ressaltar que evidenciar as violências contra nós mulheres dentro do espaço escolar pode ser encarada como um tabu, configurando-se em um desafio pedagógico e educacional, mesmo inseridos no contexto do vasto conhecimento científico feminista, o avanço das políticas de igualdade de gênero a sociedade brasileira insiste em reproduzir e manter uma cultura sexista. A consequência disso, é apresentada pelos dados de violência aumentando no Brasil, pois segundo pesquisas mais recentes o país ocupa o 5º lugar no ranking mundial de assassinatos de mulheres⁵. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁶, em 2022 diversas formas de violência contra as mulheres aumentaram. Nesse contexto, o relatório anual

⁴ Para entender mais consulte: CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero in: Estudos Feministas, 171 1/2002). Esse trabalho apresenta como as mulheres, especialmente as negras, vivenciam simultaneamente diferentes formas de discriminação, oferecendo ferramentas teóricas fundamentais para compreender as múltiplas dimensões da desigualdades.

⁵ Segundo dados da Organização Mundial da Saúde. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/72703-onu-taxa-de-feminic%C3%ADdios-no-brasil-%C3%A9-quinta-maior-do-mundo-diretrizes-nacionais-buscam>. Acesso em: 08 set. 2025

⁶ Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 08 de set. 2025.

de 2025 destacou que “ainda enfrentamos uma cultura que muitas vezes trata a violência contra a mulher como natural, no pior sentido que esta palavra poderia ter nesse contexto, isto é: como algo que decorre da ordem regular das coisas”.

É importante destacar também a classificação dos tipos de violência: patrimonial, psicológica, moral, institucional. Embora este artigo não aprofunde cada uma delas, é necessário reconhecer que tais crimes se configuram de forma clara na nossa sociedade. Historicamente, naturaliza-se o exercício desses comportamentos da violência de gênero⁷, por conta do silenciamento histórico da história das mulheres. Gerda Lerner (2019) afirma que “a História das Mulheres é uma história de exclusão, de apagamentos, de sabotagens, de desvalorizações”. Para a autora, “é a relação das mulheres com a história que explica a natureza da subordinação feminina, as causas para a colaboração das mulheres no processo da própria subordinação, as condições para que se opusessem a ela, a ascensão da consciência feminista”.

Nesse sentido, o grande desafio é a construção de um memória coletiva das mulheres, pois a ascensão dessa consciência feminista está ligada diretamente com tomar a história a partir das experiências femininas. Portanto, não retomar a História das Mulheres essa memória segue silenciada da história das sociedades pelo patriarcado reproduzido tanto pelos homens como por nós mesmas mulheres, por milênios, ao tratar dos processos históricos apenas pela perspectiva masculina.

A sociedade precisa urgentemente reconstruir a própria educação, pois o contexto atual de objetificação e sexualização do corpo feminino está presente nas tecnologias de gênero⁸ consumido diariamente por crianças e adolescentes nas redes sociais, em casa, nos espaços públicos e, especialmente, nas escolas; carregados de conteúdos que se caracterizam como reprodutores da violência de gênero, reflexo de uma sociedade historicamente patriarcal que naturaliza comportamentos machistas e misóginos e consequentemente são perpetuados por homens e mulheres. Portanto, todo esse contexto patriarcal atinge também o ambiente escolar. Além desse contexto violento para mulheres, a escola silencia esse debate.

⁷ A violência de gênero pode ser definida como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra alguém devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual. Historicamente, dada as relações desiguais, as mulheres são as mais atingidas pela violência de gênero. Disponível em: <<https://www.defensoria.rs.def.br/upload/arquivos/202303/08151200-cartilha-de-violencia-de-genero.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2024.

⁸ Teresa de Lauretis (Apud. Zanello, 2023) propõe, assim, o conceito de tecnologia de gênero o qual identifica o sistema sexo gênero enquanto um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status, dentre outros) a indivíduos dentro da sociedade. O gênero, portanto, seria uma tecnologia produzida e reproduzida a partir das mais diversas tecnologias sociais, práticas críticas institucionalizadas e atos da vida cotidiana, possuindo a função de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres, promovendo o engajamento em modelos de subjetividade socialmente desejáveis.

Essa postura pedagógica opressiva que a escola assume é perpetuada por conta do patriarcalismo milenar ante as contribuições e importância das Mulheres é destacada pela escritora Anna Linhares (2020) e tem base num pensamento que se consolida na modernidade:

O Contrato Social de Rousseau ignorou o lugar das mulheres numa futura república. Para Rousseau e Spinoza, a razão das mulheres não pareceria lógica. Por faltarem-lhes o controle, atributo do homem moderno, sua razão era considerada fraca, frágil sem parâmetros, o que tornava as mulheres obrigatoriamente dependente da razão masculina.

[...]

Daí a educação moral que, dos gregos a Rousseau, alimentará o discurso sobre as mulheres; uma educação moral que segundo esses autores, as afastaria do acesso ao saber e do exercício de sua razão. Educação que imprimia um limite a vontade, sem freios, da criatura insatisfeita que era a mulher.

Exemplos desse processo desencadearam, ainda segundo Linhares, uma postura falocêntrica na aplicação pedagógica: o que ainda se discute nos currículos, nos conteúdos programáticos são os feitos dos grandes homens – brancos, por sinal e ricos -, os acontecimentos, as descobertas, os achados e marcos deixados por eles. A presença da mulher é quase nula.

Nesse sentido, é importante ressaltar como o cenário político e social do Brasil, atua no currículo escolar a partir de interesses políticos vindos de uma estrutura política majoritariamente compostos por homens, consequentemente interferindo nos debates que envolvem as questões de gênero e a presença da história das mulheres no ensino. Um exemplo disso, foi a Reforma do Ensino Médio em 2018, imposta sem um diálogo mais amplo e implantada de forma rápida, logo após o golpe da gestão da primeira mulher a ocupar a Presidência do Brasil, entre tantas polêmicas o “novo” ensino médio buscou apagar a história da mulher do currículo escolar. Segundo Corrêa e Garcia (2018):

As críticas se concentram na afirmação de que a proposta de mudança se deu de forma impositiva, inicialmente por meio de uma Medida Provisória (MP), no 746/2016, posteriormente convertida na Lei da Reforma do Ensino Médio, 13.415, em 16 de fevereiro de 2017, modificando o funcionamento, a estrutura e as bases curriculares do atual EM.

Nesse contexto, era necessário criar um documento orientador que considerasse a universalidade nacional da educação no Brasil. Portanto, a Base Nacional Comum Curricular, segundo Cury, Reis e Zanardi (2018), “propôs uma mudança drástica que afetou a história das mulheres produzido e prescrito pelo poder público”. Assim, fica evidente a importância da teoria de bell hooks (2018) neste trabalho, quando ela defende a importância de um movimento

feminista que combata o sexismo, exploração e opressão sexista, independente de quem os perpetua, seja mulher, homem, criança ou adulto. Porque como afirma Guerda Lerner (1986) assim como os homens, as mulheres são e foram sujeitos e agentes da história. Pois segundo ela, somos peças centrais e não marginais para a criação e construção da sociedade como civilização.

Em 2024, foi promulgada a lei 14.986 de 25 de setembro que obriga os estabelecimentos de ensino a falarem sobre “as contribuições femininas” na escola, que pode ser uma das ferramentas que ajude a inserir as experiências e perspectivas da luta e da História das Mulheres dentro dos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio, pois impõe as escolas uma abordagem interdisciplinar. Com isso, visa valorizar e resgatar todo o legado histórico e feminista dessa luta ante ao sistema patriarcal, os quais foram apagados da historiografia oficial e conseqüentemente, dos livros didáticos.

É preciso considerar para essa discussão que a masculinidade e a feminilidade são construídas por todos os sujeitos sociais, segundo afirma, Simone de Beauvoir (1967). Ao longo do processo de formação da identidade humana, meninos e meninas passam por um processo de castração que incute sua escolha natural de papéis ante a sociedade que os espera, sendo imposto a eles suas performances pré-definidas por outrem: as maneiras como mães e pais valorizam os sexos biológicos, hipervalorizando o falo do menino, e desprivilegiando o sexo da menina, que está escondido e ninguém vê ou “brinca”. Simone de Beauvoir (1967, p. 13-14) defende que:

Um pai contava-me que um de seus filhos com a idade de três anos ainda urinava sentado; cercado de irmãs e primas, era uma criança tímida e triste; um dia o pai levou-o ao W. C. dizendo-lhe: "Vou te mostrar como fazem os homens"(...) Posteriormente, o menino encarnará em seu sexo sua transcendência e sua soberania orgulhosa. (...) em certo sentido, a menina não tem sexo. (...) ela se acha situada no mundo de um modo diferente do menino e um conjunto de fatores pode transformar a seus olhos a diferença em inferioridade.

Isso demonstra que já na infância, ocorre um processo de inferioridade do feminino e superioridade do masculino, ligando o feminino e masculino às diferenças anatômicas. Meninos são iniciados pelos pais, meninas são hiper protegidas, como frágeis, em contrariedade. Isso pode até parecer algo bom na cabeça do pai, mas na verdade vai levar a definição do papel inibidor da mulher ante a sociedade e o papel de liberdade aos meninos como fortes, viris e que só eles detém o poder da força física e intelectual para resolver qualquer coisa que dependa de sua performance perfeita de ser.

Essa perspectiva de papéis definidos para homens e mulheres pode ser visto configurado numa das instituições mais fortes das sociedades humanas: o casamento. Há uma liberdade de homens em definir os trâmites da consensualidade de dois sujeitos, a mulher não é permitido contestar tais trâmites e sim aceitar. Elas são entregues a outros “senhores” – vistos como os salvadores de seus destinos e até mesmos de suas família - pelos seus primeiros senhores “paters”, pais e irmãos mais velhos. Sobre o casamento digo a mesma coisa do que disse acima. Para mulheres negras se torna ainda pior. Ainda segundo Simone de Beauvoir (1964, p. 166):

O casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher. Ambos os sexos são necessários um ao outro, mas essa necessidade nunca engendrou nenhuma reciprocidade; nunca as mulheres constituíram uma casta estabelecendo permutas e contratos em pé de igualdade com a casta masculina. Socialmente, o homem é um indivíduo autônomo e completo; ele é encarado antes de tudo como produtor e sua existência justifica-se pelo trabalho que fornece à coletividade. Vimos por que razões o papel de reprodutora e doméstica em que se confinou a mulher não lhe assegurou igual dignidade. Certamente o homem precisa dela; em certos povos primitivos o celibatário, incapaz de assegurar sozinho sua subsistência, é uma espécie de pária; nas comunidades agrícolas uma colaboradora é indispensável ao camponês e para a maioria dos homens é vantajoso aliviar-se de certas tarefas na companheira; o indivíduo almeja uma vida sexual estável, deseja uma posteridade e a sociedade exige dele que contribua para perpetuá-la. Mas não é à mulher ela própria que o homem dirige um apelo: é a sociedade dos homens que permite a cada um de seus membros realizar-se como esposo e como pai; integrada como escrava ou vassala nos grupos familiares dominados por pais e irmãos, a mulher sempre foi dada em casamento a certos homens por outros homens.

O casamento perpetua o flagelo feminino iniciado na infância, e isso é permitido em contrato social por todos os sujeitos que moldaram a menina, a adolescente para vida adulta.

A ela nada é permitido ou perguntado, apesar dos avanços econômicos que começam a dar liberdade as mulheres a partir do século XX, ainda assim, há um processo de julgamento daquelas que não se impõem ou se veem na instituição do casamento. Porém, a instituição casamento tampouco acontece para as mulheres negras, elas nem se quer são direcionadas a essa “oportunidade” aprisionadora, pois desde sua subjugação ao trabalho, morrem sem nem ver seus filhos chegarem a universidade – quando chegam, não veem nem quando eles acordam para ir a escola, apenas quando dormem, quando chegam cansadas em suas casas – idem.

Ao discutir isso, Simone de Beauvoir (1964) já aprontava que essa estrutura nunca equitativa. Para os homens representa estabilidade e poder, para as mulheres, subjugação e dependência. Contudo, é preciso sempre destacar que esse controle e exclusão igualmente para todas. Quando analisamos de maneira interseccional gênero com raça e classe, percebemos que a mulher negra muita das vezes, bem sequer é incluída esse projeto de domesticidade, amor e estabilidade.

É aqui que se insere um conceito que deve ser levado em consideração chamado a Solidão da Mulher Negra discutido por bell hooks(2018), que aponta como o racismo institucional também opera dentro das relações sexuais. Mulheres negras são frequentemente excluídas do ideal de “feminilidade responsável”, sendo hipersexualizadas, vistas como fortes demais para amar ou serem amadas ou então como objeto de aprendizado sexual, mas não como parceiras de vida.

Esse fenômeno é aprofundado por Mizael, Barrozo e Hunziker (2021), em revisão publicada pela revista da ABPN, que analisa como a cultura racista interfere diretamente nas escolhas afetivas.

Diante disso, é preciso ressaltar sobre que o feminismo possui várias vertentes e propõem olhares e perspectivas diversas a partir da especificidades de mulheres em suas múltiplas vivências sociais. E entender também, como a violência de gênero aflige a população negra, tratando-se de mulheres pretas e periféricas, que ficaram por muito tempo longe das “rodas de conversa” do feminismo branco liberal.

A autora norte-americana bell hooks (2018) aponta como foi o processo das primeiras lutas feministas americana. Ela afirma que havia uma espécie de privilégio da supremacia racial relacionado as mulheres brancas em detrimento dos anseios das mulheres negras/não brancas (latinas, indígenas, asiáticas, etc.). Ou seja, era considerado dentro do movimento feminista a questão de gênero como principal questionamento e conquista pelo movimento em relação a dominação patriarcal: mulheres no topo – a questão racial não era vista, naquele momento, início do século XX, como uma pauta a ser incluída nas reuniões, logo as mulheres negras não eram ouvidas. Porém, já era um alento ouvir falar em sororidade e ver “todas as mulheres” serem colocadas de igual para igual ao menos no discurso.⁹ Isso, considerando uma sociedade ainda segregada racialmente, ainda opressora para os grupos minoritários hooks (2018) afirma:

Elas sabem que a única razão para mulheres não brancas estarem ausentes/invisíveis é o fato de não serem brancas. Todas as mulheres brancas desta nação sabem que a branquitude é privilegiada. O fato de que mulheres brancas escolhem refrear ou negar esse conhecimento não significa que sejam ignorantes. Significa que estão em negação. (p. 89).

Essa questão demonstra como foi o processo para a intersecção do discurso racial dentro do próprio movimento feminista. Ou seja, mulheres negras precisaram questionar por meio do

⁹ Além das escritoras norte-americanas, temos também as brasileiras que fazem esse debate como Djamilia Ribeiro, Cida Bento, Lélia Gonzáles, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Bianca Santana, Erica Maluquinho, Bárbara Carine, Ana Maria Gonçalves, entre outras, mas não menos importante, a escritora Patrícia Hill Collins e sua obra importantíssima: “Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento.”

conhecimento e de debates nas universidades americanas, para serem incluídas dentro do próprio movimento de luta da qual faziam parte. Ainda segundo, bell hooks (2018) que foi uma dessas expoentes nos anos 1970, o movimento feminista branco liberal almejou privilégios apenas para este grupo:

Feministas brancas contemporâneas testemunhando a exigência militante por mais direitos para pessoas negras escolheram, naquele momento, exigir mais direitos para elas mesmas.

[...]

Elas entraram para o movimento apagando e negando a diferença, sem pensar em raça e gênero juntos, mas eliminando raça do cenário. Priorizar o gênero significou que mulheres brancas podiam assumir o palco, dizer que o movimento era delas, mesmo ao convocar todas as mulheres para aderir. A visão utópica de sororidade evocada em um movimento feminista que inicialmente não considerava diferença racial ou a luta antirracismo séria não captou o pensamento da maioria das mulheres negras/não brancas. A maioria das mulheres negras individuais, predominantemente ativistas do movimento desde a origem, permaneceu no lugar. (p. 90-91)

Na relutância de ser ouvida, mulheres negras que existiram no momento mais certo de suas vidas, dedicaram e dedicam seus tempos na terra a reverter esse quadro dentro do movimento feminista, o qual podem ser citadas algumas como a própria bell hooks, Angela Davis, Toni Morrison, Shirley Chisholm, Conceição Evaristo, Lélia Gonzáles, Patrícia Hill Collins, entre tantas outras escritoras e não escritoras que representam o movimento de mulheres negras latinas e não latinas mundo afora. Ainda segundo hooks, para fechar a necessidade de libertação e integração dos discursos, ela aponta que:

Importantes intervenções em relação à raça não destruíram o movimento das mulheres, mas o fortaleceram. Superar a negação de raça ajudou mulheres a encarar a realidade da diferença em todos os níveis. E finalmente construíamos um movimento que não colocava o interesse de classe de mulheres privilegiadas, principalmente brancas, acima dos interesses de todas as outras mulheres. Construíamos uma visão de sororidade em que todas as realidades podiam ser faladas. Não houve qualquer movimento contemporâneo por justiça social em que participantes individuais se engajavam na troca dialética que acontecia entre pensadoras feministas sobre raça, o que levou à reformulação de muitas teorias e práticas feministas. (1952, p. 92-93).

Diante disso, continuar confrontando o movimento feminista branco liberal e dizer que a questão não é só de gênero, mas também racial, é essencial para estabelecer o debate antirracista e sexista ao mesmo tempo. Pois manter a negação, é perpetuar opressões veladas da branquitude. Isso leva a pensar em como o discurso feminista e a atuação de todos os sujeitos sociais que performam papéis afetam os comportamentos de gênero feminino e masculino nos espaços da escola e, em consequência, o ensino. A escola consegue consagrar as lutas de gênero e antirracista num mesmo discurso? Num mesmo ensino? Numa mesma visão de escola

libertadora? Ainda não consegue. Um exemplo disso é a própria disposição de conteúdos com a presença das mulheres e da mulher negra, em específico, nos livros didáticos onde são reproduzidos estereótipos da condição social dessas pessoas. Caroline Barroso e Anna Linhares (2023) confirmam essas posições:

Percebe-se que em todas as imagens apresentadas, mulheres negras estão associadas ao trabalho escravo, à servidão, à subjugação, inclusive com semblantes de tristeza e cansaço [...]. Ou seja, novamente, diante das imagens é possível perceber que a sujeita histórica “mulher negra” segue sendo tratada de forma periférica na literatura didática. [...]

Atuam sobre a mulher negra estruturas de poder e dominação ligadas à raça, classe, sexualidade e gênero, por exemplo, que fazem com que ela seja sub representada em muitos aspectos da sociedade, que reverberam no seu acesso à educação, saúde, moradia, emprego, algo que vemos refletido também na representação das mulheres negras nos livros didáticos de história.

Diante disso, o debate será voltado em como tais processos segregadores e desarcutiladores criados pelo patriarcado e pelo pacto da branquitude¹⁰ que invisibilizam o gênero feminino na escola e perpetuam o racismo no ensino, além do que, que é o foco central dessa pesquisa: como engendram situações de violências sofrida por milhares de meninas e mulheres ao longo do tempo e dos espaços escolares sem causar preocupações maiores daqueles que estão ali para formar cidadãos conscientes de suas ações e atitudes diante da sociedade que os espera formados pela escola.

Embora diversas conquistas importantes em relação a igualdade de gênero nas últimas décadas com criação de políticas públicas para as mulheres, a estrutura da sociedade brasileira ainda é patriarcal e podemos perceber a partir do contexto social e político do país. Por exemplo, destaco o golpe da presidente Dilma Rousseff em 2016 e o assassinato da Vereadora Marielle Franco em 2018, que revelam como o patriarcado interfere politicamente na sociedade brasileira e de forma bastante violenta, racista e misógina, como pôde-se notar com o assassinato da Vereadora Marielle Franco, fatos que simbolicamente representaram uma conquista para o movimento feminista pela ocupação dos espaços políticos por mulheres.

Mas como tudo isso afeta o ambiente escolar? A violência de gênero anda lado a lado com esse sistema milenar desigual e ao tratar sobre essa temática, em especial, no que se refere

¹⁰ Segundo Cida Bento (2022, p. 28-29): “A visão do Europeu sobre os não europeus, pode-se concluir que aquele ganhou em força e identidade, uma espécie de identidade substituta, clandestina, subterrânea, colcoando-se como o ‘homem universal’, em comparação com os não europeus.

[...]

Assim, foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão.”

ao assédio sexual que persegue nós mulheres desde a adolescência, nada mudou. Dessa forma, a luta por uma sociedade com menos desigualdades de gênero se torna ainda mais distante, principalmente, quando se tenta apagar da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio a história das mulheres, por meio de discursos conservadores e desarticuladores da luta antiviolença de gênero travados pela extrema-direita nos últimos anos.

É importante ressaltar que a implementação da Reforma a partir de lei 13.415/17 sobre a mudança na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCCEM) causou bastante impacto nas áreas das ciências humanas e em especial na de ensino de História, pois procurou apagar a história das mulheres dentro do seu plano de projeto curricular, que para alguns pesquisadores é resultado da atuação ativa de grupos de extrema direita do país (Giovanatti; Sales, 2020).

Nesse sentido, entender o contexto político vigente da época é importante para compreender o desenvolvimento político patriarcal do país, onde vários movimentos conservadores ganharam força como a Escola Sem Partido e a Escola Livre, retrocessos nos debates e conquistas sociais, dentre tantas outras situações constrangedoras (CAIMI, 2016, p. 86) é necessário para analisar como o patriarcado se encontra presente no processo de apagamento da História das mulheres da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio.

Dessa forma, a Reforma do Ensino médio, como ficou bastante conhecida, instituída Lei 13.4415/17 segundo alguns intelectuais se deu de maneira imposta pelo governo federal, na gestão de Michel Temer, logo após o golpe de estado sofrido por Dilma Rousseff a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Brasil - caminho que levou a articulação fugaz da extrema-direita a chegar no poder e a elevar os discursos conservadores direcionados as minorias sociais como a comunidade LGBTQIAP+, luta das mulheres, grupos periféricos em geral, movimento negro e povos tradicionais.

Em 2021, ainda com o ex-presidente Jair Bolsonaro, foi assinado a lei nº 14.164, de 10 de junho, a qual altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)¹¹, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, que pode ser um importante meio para diminuir o déficit de atuação no campo das discussões sobre gênero e violências na escola.

¹¹ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14164.htm>. Acesso em: 18 jan. 2025.

Vale lembrar que pós-eleição 2022, com a vitória de um partido político de esquerda, emergiu, entre outros debates, a iniciativa do projeto de lei de combate ao assédio nas escolas, o qual pode ser um caminho para acabar com os comportamentos violentos ante as mulheres, mas apesar disso e da própria criação da Lei Maria da Penha, a violência contra só aumenta a cada dia, principalmente contra mulheres negras e periféricas. No início do mês de setembro de 2023, o atual Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, aprova um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) com a presença de Cida Gonçalves, ministra das mulheres, que fixa a prática do assédio sexual como conduta a ser punida com demissão, atitudes proibidas a todos os servidores públicos nas três esferas de poder: municipal, estadual e federal.¹²

Compreendo, portanto, como o sistema patriarcal molda o silenciamento da história das mulheres e a reprodução das violências de gênero no espaço escolar, é necessário analisar os relatos de quem vivenciou e vivência essas opressões e como essas violências de materializam a seguir.

3. EXPERIÊNCIAS (SOBRE) VIVIDAS: relatos de uma ex-aluna e ex-professora sobre violências na escola DMSB do município de Salinópolis/PA.

A escolha pela ex-aluna e ex-professora como participantes da pesquisa se deu a partir do pressuposto de que, por não estarem mais vinculadas institucionalmente, haveria maior liberdade para compartilhar relatos sensíveis sobre suas experiências vivenciadas no espaço escolar. Entendeu-se que, estando fora do espaço de controle de uma instituição essas mulheres teriam menor receio de expor suas experiências e opiniões sem sentir medo de retaliações ou constrangimentos. Tal estratégia metodológica visa garantir autenticidade e a profundidade dos relatos favorecendo uma análise mais crítica sobre as dinâmicas de assédio e silenciamentos vividos no cotidiano escolar.

No primeiro momento da entrevista, foi proposto para as entrevistadas um questionário que contém um pouco sobre o que a literatura diz a respeito das manifestações mais frequentes do assédio sexual que são: olhares lascivos, insinuações, "brincadeiras" de caráter sexual, alusões a atributos físicos, mensagens (bilhetes, e-mails, whatsapp, inbox do Instagram, etc.),

¹² PRESIDENTE LULA APROVA PARECER DA AGU QUE FIXA PENA DE DEMISSÃO PARA CASOS DE ASSÉDIO SEXUAL. Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2023/setembro/presidente-lula-aprova-parecer-da-agu-que-fixa-pena-de-demissao-para-casos-de-assedio-sexual>>. Acesso em: 24 set. 2024.

convites para sair, insinuação para troca de favores sexuais, proposta de relação sexual, coação para troca de favores sexuais, perseguição por não responder às aproximações.

Tais procedimentos foram destacados pela escritora e psicóloga Valeska Zanello e Iara Flor Richwin no seu artigo sobre a questão do assédio nas universidades intitulado de “ASSÉDIO SEXUAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: uma análise sociogêndrada das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores.” de 2022, bem como no TCC de Flávia Moreira chamado “VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ESCOLA: ABUSO/ASSÉDIO SEXUAL E RELAÇÕES DE PODER” de 2016, que buscou tratar com alunas de cursos técnicos do Instituto Federal de Santa Catarina, e essas reflexões e resultados chamaram atenção para por em debate e reflexão sobre essas experiências em uma escola de ensino médio, DMSB, do município de Salinópolis-PA.

Diante disso, a pesquisa tem caráter qualitativo e se fundamenta a partir da perspectiva do relato como fonte histórica, pois desde a antiguidade esse procedimento foi utilizado pelos historiadores incluindo o “pai da história” como afirma Verena Alberti (2005):

(...) Historicamente, esse método de aproximação do objeto de estudo não é nada recente. Já Heródoto e Tucídides lançavam mão de relatos e depoimentos para construir suas narrativas históricas sobre acontecimentos passados.(...)

Ou seja, o relato sempre teve e carrega um valor para a construção da memória coletiva e para a análise de fenômenos sociais. Essa perspectiva fortalece a metodologia desse trabalho ao considerar as experiências narrativas das entrevistadas em relação à manifestação da violência de gênero. Entende-se que evidenciar esses relatos é romper com o silenciamento das vozes dessas mulheres, é romper como Michelle Perrot¹³ (2007) chama de “silenciamento dos relatos”, pois parte da perspectiva que a história não se limita apenas a grandes acontecimentos.

Em relação ao relato da ex-aluna, que esteve matriculada durante 3 anos na escola citada (2021 a 2023) narrou por áudio e mensagens de textos após responder e refletir sobre as questões levantadas pelo questionário, sofreu assédio tanto por um professor quanto por um aluno, embora, de formas diferentes. Sobre o aluno contou que os comportamentos eram mais

¹³ Michelle Perrot é uma das pioneiras e importantes pesquisadoras internacional da história das mulheres. Em sua obra “Minha história das mulheres” ela buscou dar visibilidade às mulheres e às suas lutas, mostrando como a história das mulheres também nos conta sobre a história das sociedades, dessa forma, valoriza o uso da história oral como um instrumento que permite reconstruir o passado a partir das experiências femininas. Para saber mais e aprofundamento a respeito da obra leia: Perrot, Michelle Minha história das mulheres / Michelle Perrot; [tradução Angela M. S. Córrea]. — São Paulo : Contexto, 2007.

agressivos e que proferia comentários de cunho sexual e ofensivo sem sequer conhecê-la, já o professor a aluna começou descrevendo que ele se aproximava com uma certa insistência mais física e um modo de fala e de tratamento. Segundo ela *“Tipo assim, o professor foi mais, sabe...foi o toque, é...o modo dele[o professor], que ele falava comigo, ele me tratava. E com aluno, que foi.. ele[o aluno] falou muitas coisas assim, sabe, que eu não achei certo, sendo que eu nem conhecia esse aluno. Ele tipo...falou muitas coisas mesmo, tudo que tu pode imaginar...disse que eu era put**”* Ao narrar esses fatos demonstrou que por o aluno ter sido mais direto nas suas atitudes, foi facilmente reconhecida pela ex-aluna, pois está marcado por agressões verbais e comportamentos invasivos claros, e em relação do professor mais sutis, visto como algo não tão grave, mas que igualmente produz violação e desconforto pois como Zanello e Richwin (2022) afirmam:

Quanto mais implícita a violência, mais difícil é o dar-se conta de sua nocividade, sobretudo quando o assédio é cometido em uma linguagem aparentemente cortês ou romântica. E, mais ainda, quando o assediador, além da posição de poder, é investido de afetos, como costumeiramente ocorre na relação aluna(o)-professor.

Nesse sentido, essa diferença revelam como, em muitos casos, como a violência se manifesta de formas sutis e naturalizadas por nós mesmas, justamente por não ser identificada facilmente, gerando um sentimento de dúvida, confusão e silêncio diante do ocorrido. A ex-aluna chegou a comentar com um professor da escola, mas *“ficou por assim mesmo”*, segundo ela própria diz, pois o professor que ela buscou ajuda não tomou nenhuma providência em relação ao assédio que a ex-aluna estava sofrendo por parte do aluno que se expressava de forma verbal com palavras de cunho sexual. Segundo a ex-aluna: *“Ele falava que eu era gostosa (...) que só de me vê ficava de pau d**.”*¹⁴

O criminoso ainda chegou a perseguir a ex-aluna e tirar fotos suas sem sua permissão: *“teve várias vezes que ele tirava foto de mim (...). Aonde eu ia ele tava lá, tinha medo, mandava fotos e vídeos”*. Portanto, percebe-se a naturalização dos comportamentos violentos do aluno em relação a estudante, além do que é problemático, principalmente, de que um profissional da educação também normalize essa situação ao não levar em consideração a proporção desse tipo de comportamento ante a jovem. Pois segundo bell hooks (2018) *“enquanto o pensamento sexista socializar garotos para serem matadores (...) a violência patriarcal contra mulheres e crianças vai continuar”*. E este caso revela exatamente esse processo, pois desde cedo meninos foram socializados a exercer essas práticas de dominação sexual e simbólica, legitimadas pelo

¹⁴ Uma observação: As entrevistas foram feitas por meio do WhatsApp por isso o uso dos asteriscos (**) também houve as correções gramaticais em relação a abreviações utilizadas na rede social.

silenciamento e naturalização da sociedade, fazendo com que se sintam livres para reproduzir violências.

Em relação ao servidor público, que ainda é professor da escola, a ex-aluna sofreu assédio sexual no que pode ser identificado a partir de suas respostas para as seguintes questões do quadro: Elogios aos atributos físicos; Conversas de cunho erótico, sensual e/ou sexual descontextualizadas; Contato físico, além do conveniente; Procura insistente (na escola, aplicativos e/ou redes sociais; Convite para sair e Perseguição por não responder às aproximações. Somente com o incentivo de suas colegas para fazer uma ocorrência para a direção da escola, em relação ao professor, foi suficiente para ela tomar tal atitude.

Diante disso, foi possível perceber que a ex-aluna não teve o devido encaminhamento de suas ocorrências diante do assédio por parte aluno e do professor, pois a escola naturaliza esses comportamentos. Entretanto, suas colegas são as grandes incentivadoras para fazer tal ocorrência. A diretora, uma mulher, registrou o ocorrido, mas não foi como a aluna esperava, segundo ela:

Eu pensei que ele ia ser no mínimo suspenso e tudo mais, mas só foi chamado a atenção dele...sendo que ele já deveria ser suspenso porque já tinha cinco, fora a minha ocorrência... Já tinham vários relatos sobre o professor. A diretora não tava nem aí. Falei tudo que tinha acontecido comigo. Ela só falou que ia resolver, mas até hoje nada foi feito. Até hoje tem outras alunas passando por tudo o que eu passei.

Com isso, é possível analisar como a escola negligencia esses comportamentos, pois o sexismo está tão enraizado dentro do ambiente escolar refletido em mulheres que deveriam combater a violência de gênero se silenciando e também outras mulheres, como foi citado no relato acima, logo a escola não busca meios mais rígidos de punição a essa atitude de desrespeito as alunas da escola. Nesse ponto, podemos destacar a necessidade de mais aulas e eventos com a temática de gênero, que trate de forma científica e crítica questões de violência, violação de direitos e justiça social.

Logo depois da ocorrência do fato, a ex-aluna confidenciou que sofreu ameaças pelo professor sobre se silenciar em relação ao assédio que estava sofrendo: *“ele falou que se eu abrisse a boca ele ia me prejudicar, pois a matéria dele era muito importante, entendeu?”*. A Entrevistada estava prestes a concluir o ensino médio, depois dessas ameaças desenvolveu ansiedade e medo em relação ao professor: *“Tipo quando eu chegava perto dele tinha medo dele, os meus amigos que não me deixava só com ele, porque eu já tava com medo... ficando*

com medo porque ele me assediava ele pegava em mim”. Esse tipo de atitude do professor revela que a ex-aluna também sofreu violência psicológica.

Destaca-se a importância do esclarecimento, informação e educação para toda a comunidade escolar com ajuda das leis que criminalizam a importunação sexual, das leis que combatem violências – já mencionadas aqui -, palestras com escritoras e pesquisadoras sobre violência de gênero e a história de luta das mulheres, oficinas e rodas de conversas que atinjam da direção ao porteiro, pois é preciso que todos estejam cientes do que pode ou não ser permitido em relação as trocas sociais ocorridas na escola com muita informação e debates.

Citam-se algumas leis já vigentes no país que podem ser trabalhadas pontualmente nas escolas brasileiras: a nº 15.032/2024 estabelece diretrizes para prevenir e combater abusos sexuais contra crianças e adolescentes em ambientes esportivos educacionais; o que tratam do assédio sexual são: a nº 10.224/2001, que tipifica o assédio sexual como crime, prevendo pena de 1 a 2 anos de detenção; a nº 8.112/1990, que proíbe o assédio no serviço público; a nº 14.540/2023, que implementa medidas específicas para a denúncia e investigação de casos de assédio nas escolas e setores públicos; a nº 14.612/2023, que define o assédio sexual como conduta praticada no exercício profissional; a nº 14.164, de 10 de junho de 2021, já citada, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que vejo como a mais importante entre todas, pois viabiliza o debate nas escolas e cria a Semana de Combate a Violência contra a Mulher:

[...]

Art. 2º Fica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

[...]

II - impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher;

[...]

IV - abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;

V - capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;

VI - promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; [...]

Diante dos recursos legislativo a disposição de todos os cidadãos, a escola precisa ser um espaço aberto para esses debates: é preciso falar do feminismo esclarecedor, que

proporciona discussões importantes quanto a segurança e a saúde das mulheres e meninas ante um ambiente que por vezes, possa ser perigoso ao gênero feminino. É preciso subverter o currículo conservador imposto pela direita brasileira e fazer valer as leis educacionais que aparam a temática da violência de gênero e assédio sexual, para que todas as mulheres e meninas sejam protegidas nas escolas.

Voltando aos relatos das entrevistadas, a seguir será apresentado o da professora que optou por uma narrativa autônoma para a análise deste trabalho sem perder o sentido dos pressupostos do questionário, então ela apresenta um pouco sobre suas experiências com o assédio enquanto mulher e como profissional na sua área de atuação há mais de 30 anos¹⁵ e como sempre esteve engajada ao longo de sua trajetória enfrentando e resistindo, *“Sou professora e desde sempre, vivi combatendo o machismo, o assédio na sociedade. Já fui assediada por aluno na escola pública quando trabalhava à noite com EJA. Fui assediada por colegas de trabalho e também presenciei vários alunos e alunas sofrendo assédio de professor.”* O fato de ter sido assediada por um aluno aponta para a complexidade do problema, que não se limita a relações hierárquicas superiores-inferiores, mas ocorre de forma inversa. Ao mencionar que também sofreu por colegas de trabalho e que cometeram contra as alunas reforça a dimensão sistêmica e institucional da violência de gênero na escola. A professora segue falando sobre as dinâmicas do assédio e como frequentemente ele se apresenta de forma *velada e progressiva dentro do ambiente escolar*, *“quando sofri o assédio por aluno, começou com olhares, depois com elogio à minha forma física especialmente às minhas nádegas que são um pouco grande. Sofri perseguição pelo mesmo na escola, ele deixava de assistir aula para me vigiar em outras salas em que eu estava trabalhando.”* Os comportamentos aluno pioraram para perseguição, evidenciando a característica do assédio de poder e controle, pois o aluno *“Usava como pretexto dúvidas que tinha em relação à disciplina que eu ministrava. Até chegar ao momento em que ele se sentiu encorajado a dizer através de um bilhete que morria de tesão por mim.”* O que se percebe com esse relato, é que apesar do aluno estar numa posição subalterna da professora – relação professora-aluno -, o mesmo não se sentia inibido ou impotente em relação a ela, pois ele é “autorizado” a ter esse comportamento diante dela como figura feminina, essa situação também revela que o patriarcado opera de forma transversal, pois nessa relação estrutural definida por ele o menino/o jovem/o homem é construído para ter tal liberdade de reduzir a identidade profissional a objetificação sexual do seu corpo.

¹⁵ Este relato foi enviado via mensagem de WhatsApp e foi transcrito na íntegra para este artigo.

A professora contou a experiência de testemunhar e mediar duas alunas adolescente que foram coagidas por um professor a prática de sexo oral na troca de aprovação na disciplina e que o criminoso saiu de forma impune apenas com uma transferência para outra escola “*Nesse episódio, depois de descoberta a coação, o professor só havia sido transferido de uma escola para outra e as adolescentes carregaram durante anos a culpa de terem seduzido o professor.*” As adolescentes internalizaram a culpa conseqüentemente reproduzindo o processo de culpabilização Característico da cultura do estupro. Segundo ela “*Esse fato gerou várias doenças emocionais nas jovens. Uma delas que ao reencontrar o professor na mesma sala de aula em que ela frequentava no ensino médio, saiu da sala em desespero, prometendo para si mesma que não estudaria mais se aquele fosse seu professor.*”

Percebe-se que durante a carreira, a professora experienciou muitas situações de assédio. A professora continuou narrando ao ser indagada sobre a última escola que trabalhou, ampliando ainda mais a compreensão sobre o seu papel de não apenas uma vítima e testemunha, mas também como uma importante orientadora e defensora das alunas, o apoio profissional que as instituições de ensino público deveriam reconhecer e assumir diante de situações como essas evidenciadas nos relatos tanto da professora quanto da ex-aluna.

Nesse caso, ela identificou um servidor público da escola, um professor, tinha como prática recorrente o assédio contra alunas e quando não era correspondido tinha como ferramenta de defesa ameaçar. “*Era prática dele ameaçar! Mas ele começou a se sentir intimidado quando comecei a falar para as alunas que sofriam com o assédio deste professor para que contassem o caso aos familiares, se os próprios pais se sentissem intimidados, que procurassem a delegacia, fizessem um boletim de ocorrência e que, caso a aluna fosse menor de idade, procurassem o Conselho Tutelar e, se ainda assim, o Conselho Tutelar não tomasse nenhuma providência que procurassem a ouvidoria da SEDUC. [...]*” Ao orientar sobre os canais de denúncias a professora rompe o ciclo de silêncio, incentivando a busca por responsabilização formal. Porém, um ponto que deve ser ressaltado e visto como preocupante é a presença de agressores reincidentes que permanecem no ambiente escolar devido a ausência de punições efetivas cabíveis. O servidor chegou a enviar fotos de nudez para alunas “*Ele sempre mandava nudes para as alunas pelo celular. Não usava seu próprio número para tal façanha.*”

Percebe-se mais uma vez como o patriarcado deixa os homens livres para cometerem crimes, pois por meio do uso do seu próprio celular, o tal professor assediava a aluna, sabendo que era menor de idade, que podia ser preso, porém, em hipótese alguma – mais uma vez – o sujeito não se sentiu inibido de fazê-lo. Revelando a premeditação e tentativa de ocultar autoria,

ou seja, é alarmante como ultrapassa os muros da escola e consegue talvez por capricho e numa busca de mostrar a sua virilidade masculina, entrar pelos meios de comunicação.

Os relatos da professora são estarrecedores quando se pensa no local onde eles aconteceram: a escola. Um espaço que então agrega em si comportamentos justificados socialmente pelo patriarcado, impostos pela virilidade do homem que age como um “caçador” da fêmea “frágil”. Logo, os anseios das mulheres não são vistos como algo importante a ser considerado pela maioria: “*Se fez, foi porque assediou o professor, a culpa foi dela*”. São discursos que se costumam compartilhar nas redes sociais e nas rodas de conversa sobre casos de estupro e violência de gênero. No fim, as mulheres são colocadas numa posição de “sedutoras” por natureza, assim como a Eva que fez Adão pecar, discurso da igreja e comprado pela sociedade.

Por isso, todos e todas devem ter acesso as informações e precisam estar abertos para o combate contra qualquer tipo de violência contra nós mulheres, que a sociedade possa entender que na luta contra a violência nas instituições escolares todos e todas são responsáveis pela segurança de crianças, adolescentes, jovens e adultos que são formados anualmente nas escolas brasileiras. Para isso, é necessários que os planejamentos diários e currículos municipais e estaduais abranjam a violência contra as mulheres como ponto importante nas aulas de direitos humanos ou onde puder ser encaixado como tema transversal nas mais diferentes disciplinas: a matemática trabalhando gráficos com dados sobre violência e feminicídio no Brasil; a biologia tratando da questão da disfunção corporal e hormonal sofrida por meninas que passam por situações de estupro e consequente gravidez; a história mostrando os processos de dominação patriarcal e as formas de resistência de todas as mulheres ao longo do tempo e do espaço; entre tantas outras temáticas tão urgentes a escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres são invisibilizadas ao longo da História, mesmo diante dos avanços acadêmicos e das conquistas dos movimentos de direito civis, embora haja o reconhecimento crescente da importância de tal, ainda mantem-se nos diversos espaços sociais e institucionais. Por isso, a análise apresentada ao longo deste artigo demonstra que a educação, tão necessária a transformação social e individual, ainda sofre com a influência de um sistema patriarcal que perpetua o silenciamento de vozes femininas e minimiza a relevância das lutas e conquistas ao longo do último século e das primeiras décadas do século XXI.

Construir uma sociedade com verdadeiro teor de igualdade e equidade exige uma atitude de enfrentamento contínuo e coletivo às estruturas do patriarcado e do racismo que moldam e

assombram as relações sociais, políticas e educacionais. De acordo com o que foi demonstrado ao logo do texto a dominação masculina, que é sustentada há séculos, cristalizou-se em várias esferas da vida das pessoas, começando desde a infância até a vida adulta, a qual moldou o pensamento subjetivo e condecorou desigualdades. Uma prova disso é a instituição do casamento, os mecanismos educacionais e até mesmo a esfera política, que tornaram-se arenas de perpetuação dessas desigualdades, principalmente das mulheres negras e periféricas.

Discussões como as de Gerda Lerner, Simone de Beauvoir e bell hooks demonstram como foi sendo adaptada a estrutura patriarcal ao longo dos séculos com o objetivo de manter o domínio ante as mulheres, buscando sempre novas formas de subverter o feminino e desvalorizar a história e conquista das mulheres. Além de ser um processo cultural é profundamente político e institucionalizado. Isso pode ser figurado na exclusão das mulheres relacionada aos espaços de decisão, de naturalização da violência de gênero e da objetificação dos corpos femininos e isso são reflexos de uma sociedade que ainda mantém tais aspectos no seu bojo das estruturas mais profundas.

Como foi visto nos relatos aqui descritos, há uma gravidade da violência de gênero dentro das escolas, evidenciando o assédio sexual, que é praticado por professores e alunos que se colocam numa matiz viril e permissiva da sociedade que enraíza tais comportamentos. Além disso, quando acontece a omissão de gestores escolares ou pouco caso diante de denúncias de assédio e violência, como visto nos relatos da seção 3, é perceptível a necessidade de políticas públicas que sejam efetivas no combate as violências de gênero e que assim seja garantida a segurança de mulheres e meninas em espaços educacionais.

Foi destacado a criação da lei nº 14.540 de 2023, a qual representa um avanço significativo ao estabelecer diretrizes para o enfrentamento e prevenção do assédio e da violência sexual nas escolas brasileiras. Mas, para que a legislação se torne eficaz, é urgente que a sua implementação ocorra de forma sistemática, para que todos os sujeitos envolvidos na responsabilidade de gerir e fazer parte de um espaço escolar como servidor e aluno tenham conhecimento sobre a lei e assim ocorra a fiscalização rigorosa de toda a comunidade escolar.

Outro avanço foi a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a prevenção da violência contra a mulher, avanços no campo político e a aprovação de políticas de combate ao assédio em escolas e repartições públicas, ainda se tem um gigantesco caminho a trilhar. O sistema patriarcal e o racismo não são combatidos apenas com a aprovação de leis – vê-se o caso do Brasil, mas é preciso um compromisso de todos: no campo social e político de forma profunda para reformular práticas, discursos e mentalidades.

Um caminho intransferível e necessário é a reformulação do currículo escolar – enfrentar o conservadorismo – para inclusão da História das Mulheres, para promover uma nova perspectiva, que deve ser mais ampla e equitativa diante da construção social e histórica. Pois, o que se percebe nos livros e nas salas de aulas é o silenciamento da contribuição feminina pela educação formal, o que reforça desigualdades de gênero e estereótipos, os quais colocam as mulheres em posição de inferiores em relação aos homens, que pelo contrário, pululam as páginas e os discursos da historiografia tradicional e moderna. Fazer o caminho inverso, sem excluir qualquer atuação, pode promover a igualdade de importância frente as contribuições humanas.

Outro papel direcionado à escola é a formação das subjetividades e a reprodução de saberes. Por isso, ela também é um campo estratégico de desconstrução das desigualdades. Diante do que foi exposto, este artigo desenvolveu um plano de aula para o ensino médio, que se encontra no apêndice desse trabalho, que visa inserir a história das mulheres como proposta de ensino por meio de metodologias ativas o plano propõe uma roda de conversa, debates e dramatização que articulam teoria e prática relacionadas aos temas sobre o patriarcado, violência de gênero, interseccionalidade e silenciamentos. Para nortear docentes a trabalhar dentro do espaço escolar a história das mulheres alinhando BNCC e as leis 14.164/2021 e 14.986/2024. Reforçando a construção de um ambiente de combate a violência de gênero.

Ainda sobre a luta feminista e antirracista, é necessário lembrar que não pode se limitar a uma abordagem liberal e branca, como bem pontuado por bell hooks (2018), autora norte-americana. Interseccionalizar o debate é preciso, para que isso seja o eixo central das discussões, considerando como raça, classe e gênero se entrelaçam para produzir opressões específicas e causam desigualdades a milhões de sujeitas mundo à fora. Logo, não tem como falar de emancipação feminina sem considerar todas as especificidades: mulheres negras, indígenas, dos povos tradicionais, LGBTQIAP+ e periféricas, as quais enfrentam distintos processos de violência cotidiana de acordo com sua condição social e racial.

Que seja assegurado por este estudo, assim como o plano de aula propõe reafirmar a importância da História das Mulheres no processo de construção e desenvolvimento da história humana, que a invisibilidade programática seja combatida por todas/os as/os indivíduos por meio do uso do conhecimento, da busca da educação e da atuação coletiva. É necessário incentivar as novas gerações atuarem e proporcionarem uma educação mais equitativa e assim moldarem um futuro onde homens e mulheres sejam protagonistas de todos os espaços de poder e decisão.

Dessa maneira, ademais, este estudo reforça a necessidade de ações mais concretas, não apenas por meio de elaboração das leis, mas sim a efetiva aplicação e criação de espaços dialógicos entre escola e sociedade. Alinhado a isso, a importante capacitação de professores e professoras, de servidores públicos e prestadores de serviço, de pais e mães de alunos e alunas, o trabalho educativo voltado para o conhecimento da leis já promulgadas e sua efetiva fiscalização – envolvendo os agentes públicos como Ministério Público e Segurança Pública com as delegacias de mulheres, além das Secretarias de Governo voltada para as Mulheres, criadas nos últimos governos federais e estaduais. Além disso, palestras com escritoras e pesquisadoras sobre violência de gênero e o movimento feminista com o debate interseccionalizado, oficinas e rodas de conversas, exibição de filmes e documentários para comunidade escolar, entre outras estratégias.

Diante de tudo que já foi discutido, é importante concluir que a luta contra o sistema patriarcal e o racismo institucionalizado, por meio da educação e da sociedade como um todo é inegociável e contínuo, mobilizando as bases sociais, os movimentos ativistas a favor dos direitos civis de mulheres e homens, da comunidade LGBTQIAP+. Dessa maneira, é possível quebrar a opressão secular e construir uma sociedade acolhedora e empática onde todas as pessoas, independente de seu gênero, orientação sexual, raça, etnia ou classe, tenham pleno acesso à dignidade, ao respeito e à igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBUQUERQUE, A. G. **Reflexões acerca da violência de gênero no ambiente escolar.** Revista de Pesquisa Interdisciplinar, v. 3, p. 49-62, 2018.

ALVES, Vânia Maria Siqueira. **História na Base Nacional Comum Curricular do ensino médio:** alguns apontamentos. ESCRITAS Vol. 11 n. 1 (2019) ISSN 2238-7188 p.99-115.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** / Cida Bento. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, p. 28-29, 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **Segundo Sexo: A Experiência Vivida.** Vol.2. Difusão Européia do Livro: 1967.

BRASIL. **Lei nº 14.164 de 10 de junho de 2021.** Dispõe sobre violência de gênero e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 133, nº 108, p. 3, 11 de jun. 2021. Disponível

em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114164.htm>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CAIMI, Flávia Eloisa. **A história da Base Nacional Comum Curricular: pluralsimo de ideias ou guerra de narrativas?** Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.4, vol.3, jan/jun. 2016.

CORRÊA, Shirlei de Souza; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **“Novo ensino médio: quem conhece aprova!” Aprova?** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, vol. 13, n. 2, p. 604-622, abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11469>>. Acesso em: 05 Set. 2024.

CURY, Carlos Alberto Jamil; REIS; Magalli; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base Nacional Comum Curricular: Dilemas e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2018.

FRANK, Katherine. **‘Not Gay, but Not Homophobic’:** Male Sexuality and Homophobia in the ‘Lifestyle’. Sexualites. Volume 11. 10.1177/1363460708091743, p. 435-454, 2008.

GIOVANNETTI, Carolina. & SALES, Shirlei Rezende. **Histórias das mulheres na BNCC do ensino médio: o silêncio que persiste.** REHR | Dourados, MS | v. 14 | n. 27 | p. 251-277 | Jan. / Jun. 2020.

HOOKS, bell.– **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras./ Bell Hooks; tradução Bhuvli Libanio. – 18ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 89-94, 2018.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens – 1920-2013. Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LINHARES, Anna Maria Alves. **O lugar (ou o não lugar) da mulher no ensino de história? In História e ensino por historiadores:** Lugares, sujeitos e contextos. / Francisvaldo Alves Nunes e Ernesto Padovani – 1ª ed. – Maringá: Viseu, 2020.

MIRANDA, Caroline Barroso; LINHARES, Anna maria Alves. **“Eu não sou mulher?” Reflexões sobre mulheres, raça e classe no espaço escolar e as representações delas nos livros didáticos de história na escola básica:** sujeitos, práticas e narrativas. / Cleodir da Conceição Moraes (Organizador). –Ananindeua, Pará: Cabana, 2023.

MIZAE, T. M.; BARROZO, S. C. V.; HUNZIKER, M. H. L. **Solidão da mulher negra:** uma revisão da literatura. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 13, n. 38, p. 212–239, 2021. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1270>>. Acesso em: 29 jul. 2025.


MONTEIRO, C.; ZANELLO, V. **Tecnologias de Gênero e Dispositivo Amoroso nos filmes de animação da Disney.** Revista Feminismos, [S. l.], v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30066>. Acesso em: 11 out. 2023.

MOREIRA, Flávia Maia. **Violência de gênero na escola:** abuso/assédio sexual e relações de poder. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/173809>>. Acesso em: 24 set. 2024.

RICHWIN, Iara Flor. ZANELLO, Valeska. **Assédio sexual no ensino superior brasileiro: uma análise sociogêndrada das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores.** In: **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas** / organizador: Tânia Mara Campos de Almeida, Valeska Zanello - Brasília: OAB Editora, 2022.

SILVA, Mônica Ribeiro da. **A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso.** EDUR • Educação em Revista. 2018; 34:e214130. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/assedio-moral-e-sexual>>. Acesso em: 24 set. 2024.

TELLES, Edward Eric. **Race in Another America: the significance of skin color in Brazil,** ISBN 0-691-11866-3, Princeton University Press, pp. 81–84, 2004.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA FACULDADE DE HISTÓRIA - FAHIST CAMPUS DE ANANINDEUA</p>
<p>PLANO DE AULA</p>	
<p>Escola:</p>	<p>DMSB</p>
<p>Disciplina:</p>	<p>História, Sociologia, Filosofia, artes, língua portuguesa.</p>
<p>Docente: Lara Byanca Negrão</p>	
<p>Tema da aula: Aprendendo com a História das Mulheres</p>	
<p>Turma/Ano: Ensino Médio</p>	
<p>Conteúdo segundo a BNCC:</p> <p>O conteúdo a ser realizado por esse plano é sobre a importância do papel das mulheres na história e o combate à violência. Possui uma abordagem histórica a partir das perspectiva das mulheres, dessa forma, utiliza uma literatura principalmente escrita por autoras femininas. Com base nisso, os alunos e alunas constroem conhecimentos e habilidades para compreender e refletir sobre os problemas atuais bem como os efeitos histórico do silenciamento e da naturalização da violência de gênero, um fenômeno que não é novo, mas que assume características específicas no contexto atual. Também, os (as) discentes vão desenvolver a capacidade crítica por meio da interpretação e compreensão textual e, ao final da aplicação desse plano, poderão desenvolver as seguintes habilidades presente na BNCC para o ensino médio:</p> <p>(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.</p> <p>(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.</p> <p>(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.</p>	
<p>Justificativa:</p> <p>O ambiente escolar deve ser um espaço de construção de respeito, segurança e de convivência democrática. No entanto, há situações em que há reprodução de violências e persistem com naturalização nesse espaço, impedindo o desenvolvimento educacional e pessoal dos alunos e alunas, por isso trabalhar essa temática em sala de aula possibilita ampliar a leitura em relação ao mundo e aos cotidiano dos (as) discentes sobre a temática. Dessa forma, a inclusão transversal da História das Mulheres e das pautas de gênero, raça e classe no currículo é fundamental para estabelecer formação de debates antirracistas e sexistas, para democratizar o conhecimento e ampliar a visão crítica dos estudantes. A escola se torna, assim, um espaço de reflexão ética, social e cultural, capaz de fomentar o respeito às diferenças e o combate às desigualdades.</p> <p>Além disso, o plano busca mecanismos para a utilização das leis que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que viabilizam esse conteúdo nas escolas:</p>	

Lei nº 14.164/2021, que institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, garantindo espaço para debates, reflexões e práticas educativas voltadas à igualdade de gênero.

Lei nº 14.986/2024, que obriga os estabelecimentos de ensino a trabalharem as contribuições femininas nos conteúdos curriculares.

Metodologia:

A metodologia proposta neste plano de aula é pensada para ser desenvolvida ao longo do ano de forma ativa, participativa e crítica, buscando inserir a História das Mulheres nas aulas de História do Ensino Médio e problematizar a temática da violência de gênero no espaço escolar da EEEM DMSB em Salinópolis-Pará, a saber: durante o mês de março; durante o mês de junho; durante o mês de outubro.

O método de aula se utilizará de exposição sobre a História das Mulheres com base no livro de Michele Pierrot (2007) intitulado “Minha história das mulheres.” durante o mês de março bem como, dados oficiais sobre a violência e feminicídio; estudos de caso; atividades em grupo; discussão coletiva sobre a temática proposta; dramatização a partir do estudo de caso.

Essa metodologia busca garantir a articulação entre teoria e prática, promovendo um espaço de reflexão e ação no ambiente escolar. A inserção da História das Mulheres no currículo contribui não apenas para resgatar protagonismos historicamente silenciados, mas também para desenvolver, nos(as) estudantes, consciência crítica, empatia e compromisso com a construção de relações sociais mais justas e igualitárias.

Materiais didáticos:

Textos impressos: trechos de autoras da História das Mulheres (Gerda Lerner, Simone de Beauvoir, Anna Linhares, bell hooks, entre outras) e materiais de apoio sobre Direitos Humanos e violência de gênero.

Data show e computador/notebook: para exibição de slides, imagens, vídeos curtos ou notícias atuais relacionadas ao tema, conectando teoria e realidade.

Quadro branco e pincéis piloto.

Apresentações teatrais: espaço da sala de aula organizado de forma a possibilitar as encenações (mesas afastadas, cadeiras em círculo ou semicírculo).

Celulares dos estudantes (se permitido) com acesso à internet: para consulta rápida de informações e apoio nas dramatizações.

Sequência didática:

1ª Etapa – Introdução ao tema (2ª semana de março)

Objetivo: contextualizar a História das Mulheres no currículo e apresentar a proposta do estudo de caso.

1ª Aula (45 min): a primeira aula se dará de forma expositiva sobre da História das Mulheres como campo de estudo e reflexão crítica, destaca primeiramente o trabalho das mulheres e sua importância para sociedade bem como o que ele implica e o reconhecimento dele em seus variados aspectos, com base na autora Michele Perrot (2007) e sua obra “Minha história das mulheres”.

Para isso, será usada a exibição de slides e vídeos curtos com dados históricos sobre a invisibilidade das mulheres e os dados oficiais sobre os índices de violência contra

Mulheres.

2ª Aula (45 min): leitura orientada de trechos selecionados de autoras (Gerda Lerner, Simone de Beauvoir, Anna Linhares, bell hooks).

3ª Aula (30 min): debate inicial em roda de conversa: “Por que a História das Mulheres não é tão visível nos livros didáticos?”

3ª Aula (15 min): solicitação de pesquisa dos alunos para apresentação na próxima etapa (junho), que deverá destacar a presença das mulheres nos livros didáticos de História que os alunos têm disponível.

2ª Etapa – Aprofundando a discussão (1ª semana de junho)

Objetivo: aprofundar as discussões e compreender como os (as) alunos (as) estão compreendendo as discussões até aqui. E, visa refletir sobre a invisibilidade das mulheres e o processo de silenciamento em razão do patriarcado, articulando com autoras como Gerda Lerner, Simone de Beauvoir, Anna Linhares e bell hooks.

1ª Aula (30 min): apresentação do dados apresentados pelos alunos;

1ª Aula (15 min): discussão dos(as) alunos (as) sobre as apresentações com mediação da professora;

2ª Aula (15 min): esse momento busca ampliar a compreensão dos(as) estudantes acerca do contexto histórico, político e cultural que estruturou a desigualdade de gênero.

2ª Aula (30 min): será proposta uma atividade central em formato de estudo de caso que irá investigar as manifestações da violência de gênero no espaço escolar, especificamente por meio do assédio. O estudo de caso será apresentado à turma e, para favorecer a aprendizagem ativa, os(as) estudantes serão organizados em grupos.

3ª Aula (45 min): cada grupo receberá três questões orientadoras, que deverão ser debatidas coletivamente, com o objetivo de analisar o caso, discutir possibilidades de enfrentamento e propor soluções práticas. A atividade está diretamente relacionada às competências e habilidades da BNCC (Competência Específica 5 e 6; habilidades EM13CHS503 e EM13CHS605), pois mobiliza a reflexão ética, o debate público consciente, a análise das desigualdades e a proposição de alternativas para o combate às violências. Os resultados serão apresentados na próxima etapa em outubro, logo os alunos terão bastante tempo para desenvolver a pesquisa e coletar os dados.

3ª Etapa – Culminância do debate (1ª semana de outubro)

Objetivo: compreender a relação entre patriarcado, silenciamento e violência de gênero, conectando teoria e prática; analisar situações de assédio escolar e propor estratégias de enfrentamento.

1ª Aula (45 min): apresentação dos resultados levantados pelos alunos desde junho, os (as) discentes poderão utilizar-se de slides, vídeos ou exposição oral para apresentar tais dados.

2ª Aula (15 min): orientação da professora para desenvolvimento das dramatizações com base nos dados levantados.

2ª Aula (30 min): montagem da dramatização pelos grupos.

3ª Aula (45 min): após a etapa de discussão e montagem, cada grupo deverá interpretar de maneira teatral sua proposta de solução para o estudo de caso, socializando os diferentes olhares e estratégias de enfrentamento da violência de gênero. Essa dramatização permite a expressão criativa, crítica e colaborativa, além de possibilitar a identificação de como diferentes leituras sociais e culturais podem orientar respostas variadas diante do mesmo problema.

4ª Aula (45 min): por fim, será realizada uma roda de conversa coletiva, em que a professora mediará as interpretações apresentadas, retomando os conceitos trabalhados sobre a História das Mulheres, os Direitos Humanos e a necessidade de desconstrução das práticas de silenciamento e naturalização das violências, bem como todas as temáticas levantadas pelos alunos e pelas alunas.

4ª Etapa – Sistematização e avaliação (últimas semanas de outubro)

Objetivo: consolidar os aprendizados, conectar com os Direitos Humanos e avaliar a participação dos estudantes.

1ª Aula (20 min): roda de conversa final mediada pelo professor, relacionando as dramatizações com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com a legislação brasileira (Leis nº 14.164/2021 e nº 14.986/2024).

1ª Aula (25 min): produção de um registro individual (redação curta, carta, relato reflexivo ou mapa conceitual) sobre o que aprenderam com a atividade.

2ª Aula (45 min): apresentação das produções dos alunos em sala de aula e montagem de mural.

Avaliação:

Participação ativa nos debates e nas atividades propostas.

Clareza e criticidade nas respostas às perguntas.

Criatividade, cooperação e engajamento durante as apresentações.

Avaliação formativa: participação nos grupos, dramatizações e registro final.

Referências:

BEAUVOIR, Simone de. Segundo Sexo: A Experiência Vivida. Vol.2. Difusão Européia do Livro: 1967.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Para citações diretas, use (BRASIL, 2018, p. 35), e para citações indiretas, (Brasil, 2018).

_____. Lei nº 14.164 de 10 de junho de 2021. Dispõe sobre violência de gênero e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 133, nº 108, p. 3, 11 de jun. 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14164.htm>. Acesso em: 18 jan. 2025.

HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

_____, bell. 1952 – O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras./ Bell Hooks; tradução Bhuvi Libanio. – 18ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 89-94, 2022.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens – 1920-2013. Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LINHARES, Anna Maria Alves. O lugar (ou o não lugar) da mulher no ensino de história? In História e ensino por historiadores: Lugares, sujeitos e contextos. / Francisvaldo Alves Nunes e Ernesto Padovani – 1ª ed. – Maringá: Viseu, 2020.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Editora Contexto, 2007.